

Estevão de Rezende Martins¹

Identidade e diferença: convergências e divergências na América Latina

Introdução: visões fundamentais

A primeira pergunta que deve ser formulada, ao se tratar da mútua consideração da Europa e da América Latina no limiar do século 21, diz respeito a que conceito de uma e de outra se utiliza. Tal consideração conceitual é abordada, aqui, em uma perspectiva de longo prazo, histórica.

A primeiríssima noção de Europa que prevalece na resposta espontânea de um latino-americano à pergunta é a concepção geográfica aproximada do espaço físico continental designado pelo termo Europa. Essa concepção é mais nítida quanto à parte ocidental do continente europeu e, forçosamente, mais difusa quanto à oriental. Pode-se observar, de passagem, que esse tipo de imprecisão existe igualmente na concepção mesma dos europeus.²

O debate acerca da qualificação do espaço e da identidade europeus é amplo e vivo. Para o escopo da reflexão que aqui se apresenta, não é necessário reconstituir o complexo espectro de elementos que preenchem esse debate. Substancial parte dele se concentra, atualmente, na crise de identidade social difusa nos países da União Européia com relação às transformações políticas em curso desde finais dos anos 1950. A percepção mais intensa dos efeitos dessas transformações, na identidade cultural e nacional das sociedades, que se intensifica desde o final dos anos 1980, alimenta o debate. Para a perspectiva latino-americana, contudo, esse debate não traz alterações significativas. Ao menos não até o presente.

A visão latino-americana da Europa toma o mundo europeu, pois, em primeiro lugar, como um vago espaço geográfico. Como consequência do vínculo colonial que, historicamente, formou o espaço latino-americano, desde a perspectiva dos países hispano-americanos e do Brasil, a primeira concepção geográfica da Europa assume as feições da Espanha e de Portugal. Essa concepção inclui, em seguida, o formato das estruturas decorrentes do sistema imperial cristão (vinculação dominante com a Igreja católica), do sistema comercial e político britânico e do sistema cultural francês. Por certo essas grandes linhas de penetração não excluem outras linhas de força na história latino-americana. Mas a marca de outras influências foi, no longo prazo, menor e menos marcante. Para a concepção contemporânea, o contorno difuso da Europa continental, o conflito dos impérios ou as linhas de força da história da região até os séculos 19 e 20 (primeira metade) perdem nitidez e importância em benefício da marca imprimida pelo itinerário da construção das Comunidades Europeias (União Européia) – durante e após o período conhecido como de "Guerra Fria".

Por metonímia, a noção mesma de Europa passa a ser representada mentalmente – e no discurso político – pela União Européia e por sua história ao longo da

¹ O autor agradece o apoio parcial da FINATEC/UnB/Brasília.

² Cf. Jean Barrot/Bernard Elissalde/Georges Roques. *Europe, Europes*. Paris: Vuibert, 2002, 3ª ed. J.-F. Devret. *La nouvelle identité de l'Europe*. Paris: PUF, 1997.

segunda metade do século 20. O fenômeno de tomar-se a parte da Europa representada pela União Européia, pelo todo, está consagrado e tornou-se corrente. Assim, o leste europeu (PECO – Países da Europa Central e Oriental), ele mesmo, após a queda do Muro de Berlim, passou a querer "entrar na Europa", numa clara alusão à estabilização da metonímia, dentro do próprio espaço europeu. Na América Latina não se dá de outra forma.

Ao falar-se de Europa aqui, conseqüentemente, estar-se-á tratando do resultado prático dessa evolução categorial, que utiliza o termo enquanto representativo do processo de integração regional doravante intitulado "União Européia". Essa delimitação conceitual – convencional, é certo – não nega a complexidade do debate referido nem o resolve. O pragmatismo político contemporâneo, contudo, leva bem a reconhecer esse uso e a ele referir-se.

Inversamente, a distância geográfica e o distanciamento político consagraram, no uso corrente, a expressão América Latina. Não se trata de uma expressão de auto-referência. Todo o espaço americano foi, historicamente, apropriado pelo processo de ocupação colonial e recebeu sua designação a partir do quadro cultural de referências europeu. A "latinidade" de uma parte da América, por conseguinte, é uma categoria operacional gerada no século 19 pela força dos jogos políticos europeus de contraposição à lógica do Atlântico Norte "anglo-saxão", em que o eixo privilegiado de relações políticas e econômicas entre os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha ameaçava outros interesses, como os franceses, por exemplo.³ A primeira metade do século 20 não modificou substancialmente o quadro da dependência categorial da lógica dos impérios. O fim da 1ª Guerra Mundial e a assim chamada "lógica de Versalhes" mantiveram a partição do mundo em opções imperiais, agora com o papel assumido pelos Estados Unidos. A "europeidade" de um eventual ator internacional permanece diluída nos conflitos de interesses que se tornam cada vez mais agudos, envolvendo a Grã-Bretanha, a União Soviética, a França, a Alemanha, a Itália e os Estados Unidos, a partir dos anos 1920. A fragmentação da Europa e sua lógica centrífuga auto-destrutiva culminam na 2ª Guerra Mundial e em suas linhas de ruptura até o final dos anos 1980.

O contexto da Guerra Fria condicionou, por conseguinte, os processos de aliança e associação política, econômica e militar por cerca de meio século. As chagas da experiência dos fascismos e da 2ª Guerra Mundial trouxeram para a vivência cultural e política das sociedades contemporâneas o imperativo de reordenar institucionalmente as relações internacionais. Esse reordenamento não se restringe ao mero plano formal das relações interestatais ou intergovernamentais, embora essas tradi-

³ Cf. David Bushnell/Neill Macaulay. *The Emergence of Latin America in the Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1994: "...the generic designation "Latin" America, though apparently first used by the Colombian publicist José Maria Torres Caicedo in 1856, was quickly taken up and promoted by French ideologues in an effort to stake out for France a partial claim to what Spain and Portugal had founded" (p. 3). Cf. também John L. Phelan. "El origen de la idea de Latinoamérica". In: [vários autores]. *Ideas en torno de Latinoamérica*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986, vol. 1, 441-455; Alain Rouquié. *Amérique Latine. Introduction à l'Extrême Occident*. Paris: Seuil, 1987, Introduction, pp. 15-38.

cionalmente prevaleçam. Seus efeitos se dão em três planos: no dessas relações formais, no das instituições multilaterais e – no caso da União Européia, em particular – no plano interno dos respectivos países. A percepção das mudanças internas nas sociedades, a partir (e quem sabe por causa) da transformação do quadro internacional torna-se marcante no interior mesmo das sociedades, em seus estados-nações.

As mutações nas mentalidades coletivas costumam ser lentas quando envolvem elementos fundamentais referentes à identidade própria contrastada com grupos humanos maiores de sua pequena pátria. René Girault lembra o quão desigual é ainda esse processo de percepção, tomada de consciência e de atuação, segundo o nível educacional, o padrão cultural, as condições de trabalho, os vínculos familiares, as inserções locais ou regionais, as experiências pessoais de vida, a dependência ou independência das tradições, a ousadia ou o conformismo, em cada pessoa ou grupo. Esse entrecruzamento de fatores é semelhante nas diversas regiões do mundo e em suas sociedades. Não é diferente no espaço latino-americano. Há, contudo, uma distinção marcante quando se trata do espaço da Europa ocidental: aqui se opera uma construção intencional de um conjunto⁴. Esse conjunto em devir tem por pressuposto não apenas o objetivo da paz e da prosperidade, mas a existência de um mercado comum cultural e uma comunidade de destinos⁵. Carece contudo ainda, a América Latina, de uma agenda comum que exprima um projeto coordenado de organização e de futuro.

Um mercado comum cultural, que abrangesse efetivamente a totalidade do espaço europeu, do Atlântico aos Urais, ainda não saiu do estágio de uma premissa (otimista) acerca da civilização européia. A comunidade de destinos, mesmo se Bauer a tenha imaginado sob o ângulo do sofrimento e do trauma, parece oferecer uma alternativa interessante para a perspectiva do que se pode chamar de construção

⁴ René Girault. "Introduction",. In: R. Girault (org.). *Identité et conscience européennes*. Paris: Hachette, 1994, pp. 14.

⁵ Para a metáfora do mercado comum europeu, cf. Edgard Morin. *Penser l'Europe*. Paris: Gallimard, 1987. Michael Krätke (Amsterdã) resume com particular pertinência o pensamento de Otto Bauer, principal formulador da tese da comunidade de destinos: "Otto Bauer will die nationalen Eigenarten und Unterschiede aus dem historischen Prozeß der Differenzierung und Integration von Kulturen erklären. Den Individualisten gilt die Nationalität als Illusion, den Nationalisten als naturgegeben; Otto Bauer betrachtet sie zum ersten Mal konsequent als soziales und damit historisches Phänomen. Wie für jedes soziale Phänomen gilt auch hier: "Das nationale Bewußtsein kann nur aus dem nationalen Sein verstanden werden und nicht umgekehrt." (I, 113) Die Nation ist eine der Formen, in denen die Gesellschaft die Individuen prägt, die Form, in der eine "Kulturgemeinschaft" durch eine gemeinsame Geschichte hindurch jeweils zu einer "Charaktergemeinschaft" wird. Die den Charakter prägende gemeinsame Geschichte, die historische "Schicksalsgemeinschaft" ist dabei entscheidend: Unser Nationalcharakter, betont Bauer, ist das "Historische in uns", ein Stück "geronnener Geschichte" unseres Volkes, an dem wir durch Vererbung körperlicher und geistiger Anlagen so wie durch kulturelle Überlieferung, durch Erziehung und gewohnheitsmäßigen Umgang mit Menschen gleichartigen Charakters Anteil haben (I, 182, 184). Der Nationalcharakter, das "Produkt ererbter Eigenschaften und überlieferter Kulturgüter" (I, 185), erweist jedes Individuum als Produkt einer bestimmten Gesellschaft.", em *Zeitschrift für Sozialistische Politik und Wirtschaft* 98 (1997).

da integração regional por adesões sucessivas. O gradualismo do processo de formação das Comunidades Europeias foi certamente a única via política possível sob as condições da Guerra Fria. No caso da América Latina, o mesmo contexto de rupturas internacionais não alterou substancialmente o alinhamento (mesmo se não automático, sem dúvida de fato) com as opções norte-americanas desde 1945 (reforçado após a revolução cubana de 1959).

Entende-se assim porque as cesuras mentais e as cesuras políticas herdadas ou acentuadas pelo contexto das acres rivalidades do período de 1945 a 1989 sugerem à visão latino-americana (mas não só) que a lenta transição do artificialismo ideológico para uma forte preeminência dos interesses econômicos, comerciais e financeiros se inspira no prudente itinerário da União Européia em sua fase inicial.⁶ Essa transição se acelera a partir de 1989/1990, em particular no plano do comércio e da divisão internacional do trabalho. Vista desde o espaço latino-americano, a experiência da construção da União Européia aparece como uma entidade política de cunho totalmente inovador para a história da região, mesmo se diversos projetos e planos anteriores podem ser inventoriados⁷. A expectativa de ser a "via européia" um caminho alternativo promissor para a organização política subcontinental latino-americana gera um interesse sustentado, embora ainda marcado pela inexperiência e pela impaciência. É difícil duvidar que a história latino-americana não apresente as mesmas tensões continuadas da história européia. Por outro lado, a solução de uma entidade política e econômica (a Europa) alternativa à ruptura do mundo entre dois blocos e indutora de integração inspira, obviamente, projetos análogos. Esses projetos têm sua história própria⁸. Eles correspondem à opção de representarem uma via própria.

Malgrado sua aparente homogeneidade, a disparidade latino-americana (geográfica, política e econômica) – conquanto não se configure em empecilho absoluto – é tal que requer uma análise diferenciada das linhas de partilha que a atravessam, como as que atravessaram a Europa de 1945 a 1989, e que marcaram o mundo como

⁶ Acerca dos princípios orientadores do processo de integração europeu, cf. E. de Rezende Martins. "A construção da União Européia: uma questão de princípios". In: W. Hofmeister/F. Trein (orgs.): *Anuário Brasil-Europa 2001: relações de cooperação em ciência e tecnologia*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002, p. 11-26. Ver também: W. Loth. "Der Prozess der europäischen Integration. Antriebskräfte, Entscheidungen und Perspektiven", In: *Jahrbuch für europäische Geschichte* 1 (2000) 16-30.

⁷ Cf. F. R. Pfetsch. *Die europäische Union. Ein Einführung. Geschichte, Institutionen, Prozesse*. Stuttgart: UTB (W. Fink), 2001, 2a. ed. Trad. bras. de Estevão de Rezende Martins: Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

⁸ É abundante a bibliografia sobre esse tema. Pode-se consultar, dentre outros: A. L. Cervo/M. Rapoport (orgs.): *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan/Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998; A. L. Cervo/ W. Döpcke (orgs.), *Relações internacionais dos países americanos. Vertentes da História*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994; A. L. Cervo. *Relações internacionais da América Latina. Velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI (Instituto Brasileiro de Relações Internacionais)/FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão), 2002. A. C. Vaz. *Cooperação, integração e processo negociador. A construção do Mercosul*. Brasília: IBRI (Instituto Brasileiro de Relações Internacionais)/FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão), 2002.

um todo. As linhas de partilha correspondem a estruturas de fronteira que associam fronteiras físicas a fronteiras mentais. Na história europeia da segunda metade do século 20, como na latino-americana, dão-se processos de observação mútua que identificam, analisam e criticam as fronteiras como referência de afirmação em quatro planos: individual, social, cultural e estatal. Para os Estados Unidos, na visão de Frederick J. Turner, a expansão a oeste teria sido um "movimento contínuo de afastamento da influência da Europa", fator decisivo para forjar o conceito norte-americano de individualismo e de democracia egocêntrica⁹.

A década de 1990 consagrou uma dupla abordagem das linhas de afastamento e de aproximação que os projetos de unificação – por incipiente que fosse a experiência latino-americana – ensejaram. De um lado, a linha de afastamento se agrava com a desestruturação do sistema de trocas comerciais, o que dificulta o sistema de aproximações políticas. De outro, a linha de aproximação corresponde ao projeto cultural e político de criar novos espaços de organização pública e de sociabilidade política. Os movimentos integracionistas se dão igualmente em duas direções: uma interna, de crítica e de reconstituição dos processos nacionais internos e, outra, externa de constituição de vínculos supranacionais. O "modelo europeu" representaria o caso exemplar por excelência desses movimentos, nos planos cultural, político, econômico e social. Iniciativas latino-americanas pautam-se segundo esse modelo, mesmo se o tenham ajustado às circunstâncias regionais latino-americanas. Nesse particular, a tentativa mais próxima do "modelo europeu" estaria no Mercosul e nas suas variantes, a partir dos primeiros esboços de 1985. Os formuladores das políticas públicas de integração regional dão sinal de considerarem a "exceção cultural europeia" como conata com a latino-americanidade para a estruturação política de sua (eventual) originalidade, em contraste com a presença sufocante do "aliado tradicional" norte-americano.

A experiência europeia de sublimação das fronteiras (físicas como mentais) representa igualmente uma perspectiva promissora, explorada pela reflexão contemporânea acerca dos caminhos europeus e latino-americanos.

Fronteiras e cesuras: do conflito à integração

O conceito de região de fronteira

A idéia da fronteira encerra necessariamente dois aspectos: o cultural e o geográfico. Nessa ordem. Por força de uma determinada cultura política transformada em ação internacional de Estado, a fronteira das idéias se transformou, ao longo de muitos séculos, em fronteira geográfica. As teorias filosóficas, teológicas ou físicas que sustentam o traçado das fronteiras alinharam-se, na história do mundo ocidental, como fatores de sustentação de objetivos estratégicos de natureza política e econômica. O caso europeu não é diferente. Numa região como na outra, o ideal político dos objetivos recorre a uma sustentação cultural da homogeneidade (mesmo se apenas suposta) de seus integrantes e encontra dificuldades, obstáculos mesmo, econômicas de monta. Essas últimas não raro acarretam crises sérias no convenci-

⁹ David J. Weber/Jane M. Rausch. *Where Cultures Meet: Frontiers in Latin American History*. Wilmington: Scholarly Resources (Jaguar Books on Latin America, 6), 1994, p. 4 ss.

mento social quanto à "cumplicidade cultural" e, por consequência, adiamentos sucessivos da consecução dos objetivos políticos.

A região de fronteira significa tradicionalmente, por conseguinte, tanto o aspecto da delimitação da legitimidade argumentada das ações estatais ou governamentais como a sua tradução no espaço físico e na distribuição das esferas econômicas e políticas de influência. Um elemento distintivo da questão das fronteiras na história moderna e contemporânea reside na dimensão evolutiva de sua concepção e de sua aplicação. Fronteira pode representar o desafio da expansão para o desconhecido como o instrumento de afirmação de si por oposição ao ameaçador. Dessa forma, a fronteira adquire um caráter de divisor. E a divisão é essencialmente conflitiva. Na segunda metade do século 20, contudo, acelera-se uma evolução conceitual e física da fronteira, de divisor para traço de união, no âmbito dos processos de integração.

A construção dos espaços e as regiões de fronteira

Segundo o pesquisador argentino Pablo Heredia, na América do Sul os territórios se configuram como espaços delimitados politicamente, cujas fronteiras remetem claramente ao alcance do poder econômico e da força militar. A região, entretanto, para fins de análise, tem um valor mais abrangente. Não é meramente o espaço físico ocupado, mas o espaço cultural, territorialmente dinâmico, cujos limites podem ser historicamente diversificados, e que somente se percebem a partir de projetos políticos de integração cultural, vale dizer, são macro-unidades de sentido que se referem não apenas a um espaço cultural determinado, mas também ao discurso simbólico identificador que sobre ele se faz¹⁰.

A ocupação do espaço mental e físico das fronteiras associa-se diretamente com os projetos de construção nacional e de hegemonia, seja de lideranças (dinastias monárquicas, por exemplo) seja de estruturas políticas (impérios coloniais). Assim, o conceito de nação – como pensado socialmente e como praticado politicamente, em seus limites estreitos e artificiais – tem relevância particular no entendimento tanto da fronteira afirmativa como da fronteira física. A superposição dessas duas fronteiras, em particular na história moderna da Europa, desde a perspectiva da formação dos estados-nações, é relevante para entender-se a projeção histórica da fronteira. A "nacionalização" cultural e geográfica é uma chave interpretativa importante para decifrar os processos contemporâneos de aproximação e estranhamento. Assim, as regiões de fronteira podem ser analisadas tanto de um ângulo clássico, utilizando-se para isso os limites geopolíticos dos Estados, como de um viés inovador, permitindo construir um mapeamento sócio-antropológico das regiões de fronteiras mentais ou "de civilização". Ademais, a superação gradual, na Europa ocidental, da fronteira geográfica (ou geopolítica) traz à baila suas conseqüências importantes. Uma é a forte relativização do espaço físico como condição *sine qua non* da auto-afirmação nacional. Outra é a valorização, também gradual, de regiões de fronteira "transnacionais" (como, por exemplo, o País Basco, o Tirol, a Silésia, o País Flamengo

¹⁰ Pablo Heredia. "Cartografias imperiales. Notas para una interpretación de los discursos cartográficos del siglo XVIII en el Cono Sur". In: *Silabario*, vol. I, n° 1, dezembro de 1998.

e semelhantes). Em parte o renascimento "regional" representa também um retorno às "nacionalidades" precedentes aos Estados-nações em seu formato consagrado nos processos de unificação e centralização, em particular com os resultados vigentes na primeira metade do século 20. Pode-se dar como exemplo o "nacionalismo" crescente irlandês, escocês, bretão, corso e outros análogos. Hobsbawm chamou essas formas de nacionalismo de proto-nacionalismos, na medida em que reservara a caracterização do nacionalismo contemporâneo para os estados-nações¹¹.

É necessário lembrar o âmbito de referência da presente reflexão. A perspectiva é a do espaço latino-americano (e, incidentalmente, brasileiro). Esse ângulo é, contudo, parcialmente europeu. Com efeito, a estrutura política, a tessitura cultural e a organização social americana em geral – e latino-americana em particular são herdeiras direitas da civilização européia ocidental, disseminada e transformada ao longo da história colonial e da incorporação de elementos civilizatórios diferenciados e diferenciadores. Esses elementos diferenciadores são partilhados por quatro grupos sociais: as sociedades originárias existentes nos territórios conquistados pelos impérios europeus (europeamente designadas como "indígenas"), a imigração forçada do sistema de escravidão imposto aos africanos, a imigração econômica (sobretudo do século 19) proveniente da mesma Europa e da Ásia e a miscigenação (parcial e heterogênea segundo as regiões das Américas) resultante do encontro desses grupos.

A estrutura social e política, no entanto, é européia – mesmo se transformada ao longo dos séculos. A espinha dorsal da organização americana é montada com (e sobre) os valores da cultura européia (costumes, crenças, sistema e regime político, sistema econômico, instituições jurídicas). Octavio Ianni analisa a realidade da construção da América Latina, ao menos enquanto referência cultural, como um capítulo da europeização do mundo. Para Ianni, o conceito de "Ocidente", com seu significado cultural, é equivalente ao de "Europa". Trata-se, obviamente, da Europa latina, ocidental, articulada em torno do eixo metropolitano (ibérico, francês e britânico) e cristão (majoritariamente católico)¹².

Embora a história colonial, do final do século 15 ao início do século 19, mostre traços comuns às formas de ocupação e exploração pelas metrópoles européias (Espanha, Portugal, França, Grã-Bretanha e, em escala bem menor, os Países-Baixos), a diversidade das regiões e das composições sociais acarretou diversificação crescente das sociedades implantadas. Surgiram gradativamente não apenas fronteiras geográficas e econômicas, mas igualmente mentais. As fronteiras sociais e mentais de certa maneira reproduziram as divisões sociais das metrópoles no Antigo Regime, com o acréscimo das populações escravizadas. Ainda no século 18 prevaleciam na península ibérica – Espanha e Portugal sendo determinantes na conformação de uma suposta "latino-americanidade" – a sociedade e a economia tradicionais. A unidade constitucional da Espanha sob os Borbons era superficial e aparente. Com as Luzes, porém, a noção de uma monarquia ativa na condução das atividades do Estado leva a um processo de reformas (ditas pombalinas em Portugal e borbônicas na Espanha),

¹¹ Eric Hobsbawm and Terence Ranger (edit.) Cf. *The Invention of tradition*. Cambridge [Cambridgeshire]; New York : Cambridge University Press, 1983, VI, 320 p.

¹² Vgl. Octavio Ianni. "O labirinto latino-americano". In: *Cultura Vozes* 1 (1993) 14-29, S. 19. Ampliado, este ensaio foi publicado como livro, sob o mesmo título: Petrópolis: Vozes, 1993.

sobretudo de cunho econômico¹³. O lugar reservado às colônias, entretanto, continua subordinado e secundário, apesar de a região ter tido aumento populacional, expansão das áreas colonizadas e substancial progresso da mineração, da agricultura, da pecuária e do movimento comercial em geral. As modificações internas e nas relações com a metrópole, e o papel das relações com os demais centros de poder europeus – notadamente Londres e Versalhes – acarretam mudanças nas percepções da América Latina, de si e dos demais. É bom recordar que a América Latina de meados do século 18 tem suas fronteiras geopolíticas de uma extensão respeitável: desde as Montanhas Rochosas até a Terra do Fogo, mesmo se a ocupação territorial não representa uma penetração profunda no interior.

O conceito interdisciplinar de fronteira, utilizando-se de fontes não tradicionais, com as quais se mapeia a vinculação entre relações interétnicas e internacionais, permite incluir definitivamente no campo da reflexão historiográfica (e política) a categoria de "região cultural", entendida como uma circunscrição espaço-temporal cujos limites são fruto da apreciação e da organização da experiência nas subjetividades humanas. Dessarte, a idéia de região cultural sustenta a de fronteira cultural, definida como posição funcional e estrutural que determina o próprio funcionamento da cultura, ao operar como um mecanismo tradutor de códigos de classe, gênero e mesmo como eventual bloqueio de tradução entre diferentes linguagens e culturas em contacto. A fronteira cultural regula o fluxo simbólico tanto externo como interno porque seleciona, distribui e hierarquiza as práticas sociais segundo o que se considere próprio ou alheio aos diferentes sujeitos coletivos.

No ambiente intelectual brasileiro, a interpretação dominante da cultura jamais hesitou em assumir a ocidentalidade, e a inserção no mundo moderno e cristão de matriz europeia. O filósofo João Cruz Costa, da primeira geração de professores universitários de São Paulo após as missões francesas do final do anos 1930, descreve o percurso da história das idéias no Brasil nos seguintes termos:

*Pela mão da Europa fizemos a nossa entrada na cena da História, num momento de crise para a cultura ocidental. A Europa nos impôs suas línguas, a sua religião, as suas formas de vida, enfim, a sua civilização. Nós, da América, não temos o direito de falar de uma civilização propriamente americana. Somos um prolongamento, um ramo novo talvez, da civilização ocidental*¹⁴.

Em Cruz Costa encontram-se metáforas positivas ("ramo novo"), que Sérgio Buarque de Holanda, em 1936¹⁵, evitara ou criticara, buscando mostrar o desacerto de trazer e impor pelo sistema colonial culturas longínquas, cujas formas de sociabilidade, instituições e visão do mundo, chocavam-se localmente com condições adversas e hostis. Madeira e Velloso chamam a atenção para o fato de que os processos culturais de auto-afirmação no Brasil, como exemplo de espaço que se

¹³ Cf. Peggy K. Liss. *Los imperios trasatlánticos. Las redes del comercio y de las Revoluciones de Independencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 88. (Orig. em inglês: Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1983).

¹⁴ João da Cruz Costa. *Contribuição à história das idéias no Brasil: o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

¹⁵ *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 23ª. ed.

"latino-americanizaria"¹⁶, engendraria a sensação de serem os brasileiros uns desterrados em sua terra, partícipes de um sistema de idéias oriundo de outro clima e de outra paisagem, incompletamente transformado pela experiência própria¹⁷.

A formação histórica e cultural do Brasil tem ensejado duas linhas de análise: de uma parte sublinha-se a linha de continuidade em relação à cultura européia; de outra, o sentido (o imperativo, mesmo) de transformar o acervo de tradições (ou até de romper com ele). Em uma como em outra interpretação conjugam-se igualmente duas vertentes: a da dependência estrutural e a da independência conjuntural, à busca de produzir um modo singular de ser. A dependência estrutural não se identifica a uma duração simples dos antigos sistemas coloniais, mas quer exprimir as continuidades das vinculações – hoje sobretudo econômicas, comerciais e financeiras – que seguem enquadrando os países e as sociedades latino-americanas. A independência conjuntural reflete a variação política e cultural incontornável que se instaura e desenvolve (mesmo se lentamente) com as independências políticas desde o início do século 19.

A concepção da cultura latino-americana como uma cultura de prolongamento só, sem ter sofrido quaisquer modificações é ingênua. No entanto, a centralidade das visões européias para a qualificação da "americanidade" em geral e da "latino-americanidade", em particular, dificilmente pode ser negada. A representação de um "transplante cultural" é corrigida pela autonomia crítica desenvolvida nas e pelas sociedades latino-americanas. Mas a preeminência dos modelos europeus (ou euro-americanos¹⁸) mantém vivo o interesse pela modelização política e econômica adaptada à realidade regional (e o renova constantemente). Nesse caso, a União Européia e seu processo gradual de formação por adesões sucessivas, negociadas, programadas, progressivas, a partir de estados-nações, representa, aos olhos da América Latina, uma alternativa, uma experiência diferente da formação dos Estados Unidos da América ao longo do século 19.

¹⁶ Um indício interessante dessa tendência "regionalizante" aparece nos projetos políticos da segunda metade do século 20. No caso do Brasil, tais projetos desembocaram em inúmeras variantes (nacionalismo econômico, solidariedade política subcontinental, valorização cultural das tradições indígenas ou afro-americanas, etc.). Uma variante de peso se exprime em preceito constitucional: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações" (parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988). Não se discute aqui a "jurisdicização" do termo "América Latina" nem a extrema dificuldade que esse comando da lei maior cria. Mas percebe-se de imediato sua complexidade.

¹⁷ Angélica Madeira/Mariza Veloso (orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 24 ss.

¹⁸ Não se desenvolve aqui a idéia de um modelo euro-americano. Seu cerne é que o modelo político e econômico da democracia liberal associada com o capitalismo empresarial formou-se na transformação do ideário do Iluminismo europeu no processo de independência das Treze Colônias britânicas no século 18. Cf., por exemplo: W. Schweidler (org.): *Human Rights nad Public Spirit – Western and Eastern Way?* Sankt-Augustin: Akademie-Verlag, 1998; K. Fröhlich; J. Rüsen (orgs.): *Menschenrechte im Prozess der Geschichte*. Pfaffenweiler: Centaurus, 1990.

Nesse sentido, o subcontinente latino-americano, que já deixou de ser, definitivamente, uma mera extensão informe das metrópoles européias, emancipar-se-ia do formato sufocante derivado da preeminência estadunidense no hemisfério. A projeção otimista de uma transformação funcional da experiência européia (ocidental) do período posterior a 1945 está na ordem do dia. Malgrado haver resistências ao uso da expressão "neo-colonialismo" com respeito à política dos Estados Unidos no conjunto das relações internacionais contemporâneas, esse uso parece pertinente. Não será ele aprofundado aqui, mas a expectativa corrente nos meios políticos e acadêmicos acerca da modelização "U.E." inclui o cuidado de evitar-se que as políticas da União se alinhem com atitudes (sobretudo comerciais) qualificáveis como neo-coloniais. Essa faceta do modelo não interessa – compreensivelmente – a nenhum tipo de iniciativa de integração regional latino-americana subordinada.

Essa reflexão crítica reúne um amplo leque de autores brasileiros e latino-americanos (Leopoldo Zea, Enrique Dussel, Caio Prado Jr., Octavio Ianni, por exemplo). O estudo das instituições européias ao longo do tempo é sem dúvida importante para a compreensão do conjunto de seus legados na América Latina. No momento presente, entretanto, são as instituições da União Européia, em sua especificidade operacional contemporânea, que atraem as reflexões e os exercícios de transposição modificada das experiências respectivas. Tudo isso não está isento de ambigüidades e impõe a tarefa de definir e aplicar categorias que possibilitem realizar uma leitura pragmática dessas experiências, a salvo dos anacronismos (a América Latina já não é mais extensão da Europa) como ao presentismo (a América Latina é uma entidade com personalidade própria), pois o risco de hibridismo e artificialismo, de dispersão e ineficácia. Os países latino-americanos – mais: as sociedades latino-americanas – já não estão mais dispostos a esperar indefinidamente por outorgas ou concessões. Assim, a superação das fronteiras – agora já não mais físicas ou geográficas – mentais que impediriam a superação das barreiras pragmáticas nos acordos de associação, por exemplo, está presente nos desideratos do Mercosul.

Há, por conseguinte, paralelismos e intersecções entre os componentes culturais e institucionais. Estes seguem conduzidos pelos Estados e pelos governos. Aqueles independem, em boa parte, dos governos e seus instrumentos. Ambos os componentes se desenvolvem em ritmo tanto lento quanto rápido. Pode parecer paradoxal que assim seja. No entanto, entende-se que os governos legitimamente investidos tenham poder e autoridade para agir e reagir rapidamente. Por outro lado, quando há conflitos de interesses (tanto interna quanto externamente), os governos e as entidades a que pertencem os Estados são lentas. Algo semelhante ocorre com os fenômenos culturais: de uma parte, as grandes linhas de fundo das mentalidades são de longa duração e resistentes às modificações. As tradições têm raízes profundas e resistem ao que muitos integrantes dos grupos considerariam como descaracterização de suas identidades. Doutra parte, inovações tecnológicas e circulação de informação mostram a rapidez com que padrões culturais são adaptados.

Pensar os planos culturais europeu e latino-americano, com suas contradições e seus paradoxos, não pode ser descartado como um exercício inútil, pois permite superar as dicotomias imobilizantes e os estereótipos acerca das sociedades e dos continentes ou das regiões em que estão implantadas. Apreender a complexidade

desses processos exige evitar o enrijecimento das visões de si e dos outros e considerar plenamente a trama da cultura tanto em suas linhas de profundidade como em suas concretizações quotidianas na subjetividade dos cidadãos. É dessa matéria que se faz a cultura. E sem os cidadãos efetivamente existentes e atuantes não há cultura nem memória dela.

O instigante, nesse tipo de reflexão culturalista, é que se encontra, nas posições contemporâneas de visão do outro (a Europa da América Latina, a América Latina da Europa), a mesma dupla preocupação: superar a fronteira que separa e distingue pela estratégia do reconhecimento e do traço de união. Tal preocupação pode parecer ingênua, aos olhos dos partidários da Realpolitik em relações internacionais e do pragmatismo axiologicamente indiferente nas relações econômicas e comerciais. Parece, contudo, que os tempos da década de 2000 em diante sejam pouco favoráveis à indiferença "realista" e à prática incondicional da força (efetiva ou virtual), malgrado a persistência renitente do pragmatismo econômico e comercial como o primeiro – mais: como o único passo que valeria a pena.

O fio condutor para construir uma eventual coerência latino-americana (mesmo parcial) é o de uma agenda política pró-ativa (e não meramente reativa), desde cuja perspectiva se dê organicidade prática ao mosaico cultural. Somente então a complementaridade econômica sub-regional sustentará a subsidiaridade política.